

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO DO CEFOR

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2017-2020

Elaboração e atualização:
Fabiano Peruzzo Schwartz
Tatyana de Azevedo Maia

A ESCOLA DE GOVERNO

CEFOR

O Cefor – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados foi instituído pelo Ato da Mesa n. 69, de 1997, regulamentado pelo Ato da Mesa n. 41, de 2000, com a finalidade de “planejar, promover, executar e avaliar programas e atividades de recrutamento, seleção, atualização, aperfeiçoamento, especialização e desenvolvimento de recursos humanos”.

Inicialmente funcionando no Anexo I da Câmara dos Deputados, o Cefor ganhou, em 2007, sob a coordenação da Diretoria de Recursos Humanos, novas instalações físicas com espaço próprio para receber educandos, educadores, servidores e demais cidadãos.

Por meio de cursos de pós-graduação, cursos técnicos, educação a distância, palestras, estágios, processos seletivos e vídeos educativos, o Cefor planeja e executa as atividades relacionadas à educação legislativa, oferecendo aos servidores oportunidades de desenvolvimento, aperfeiçoamento e atualização de competências profissionais e, aos cidadãos, instrumentos de conhecimento, compreensão e análise de funções do Poder Legislativo e de sua interação com a sociedade.

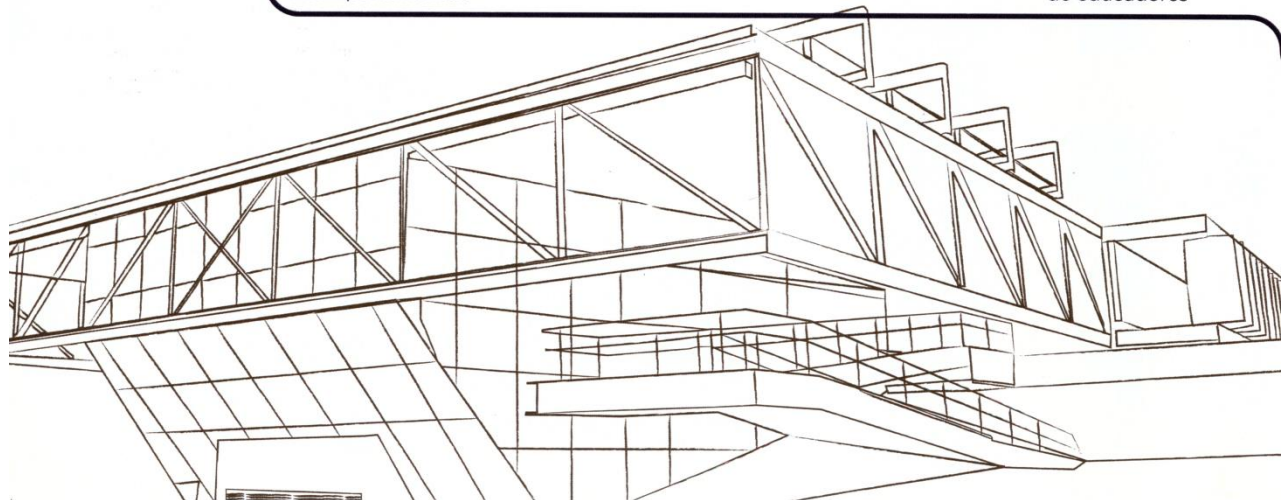
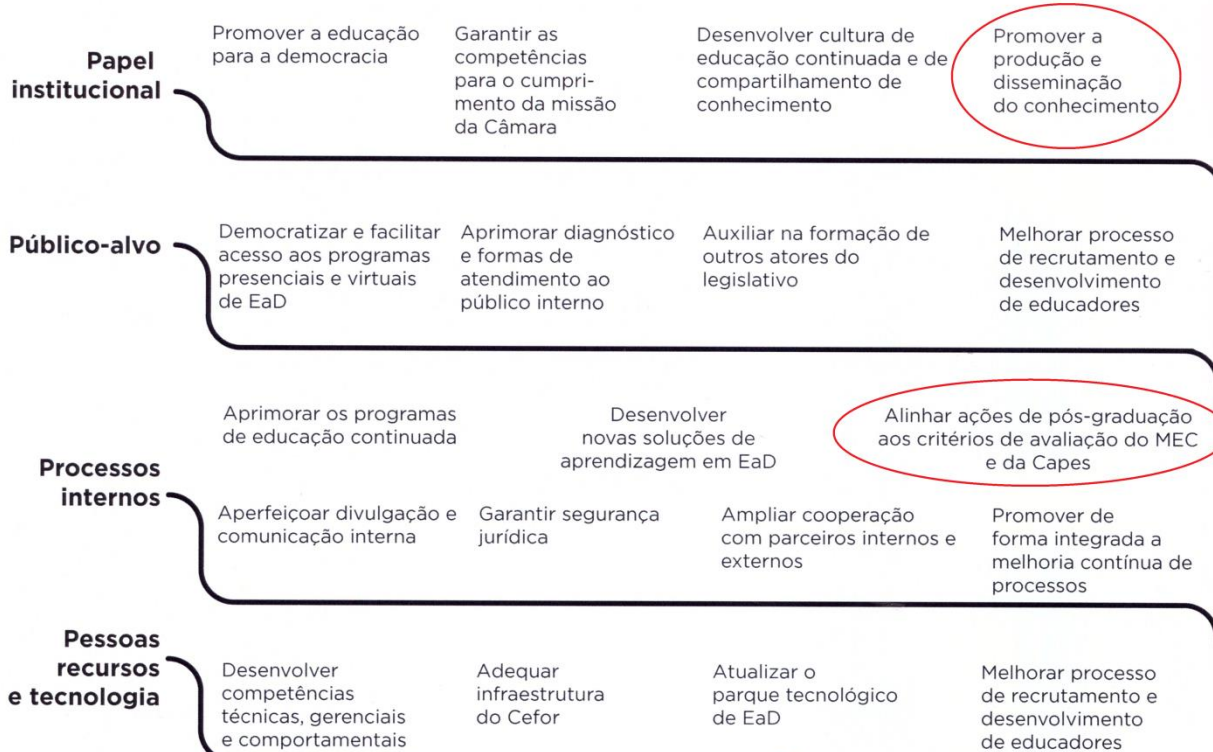
Missão

Promover a educação legislativa e prover a Câmara dos Deputados de um quadro de servidores qualificados, com vistas ao fortalecimento da democracia com foco do Poder Legislativo.

Princípios Educacionais

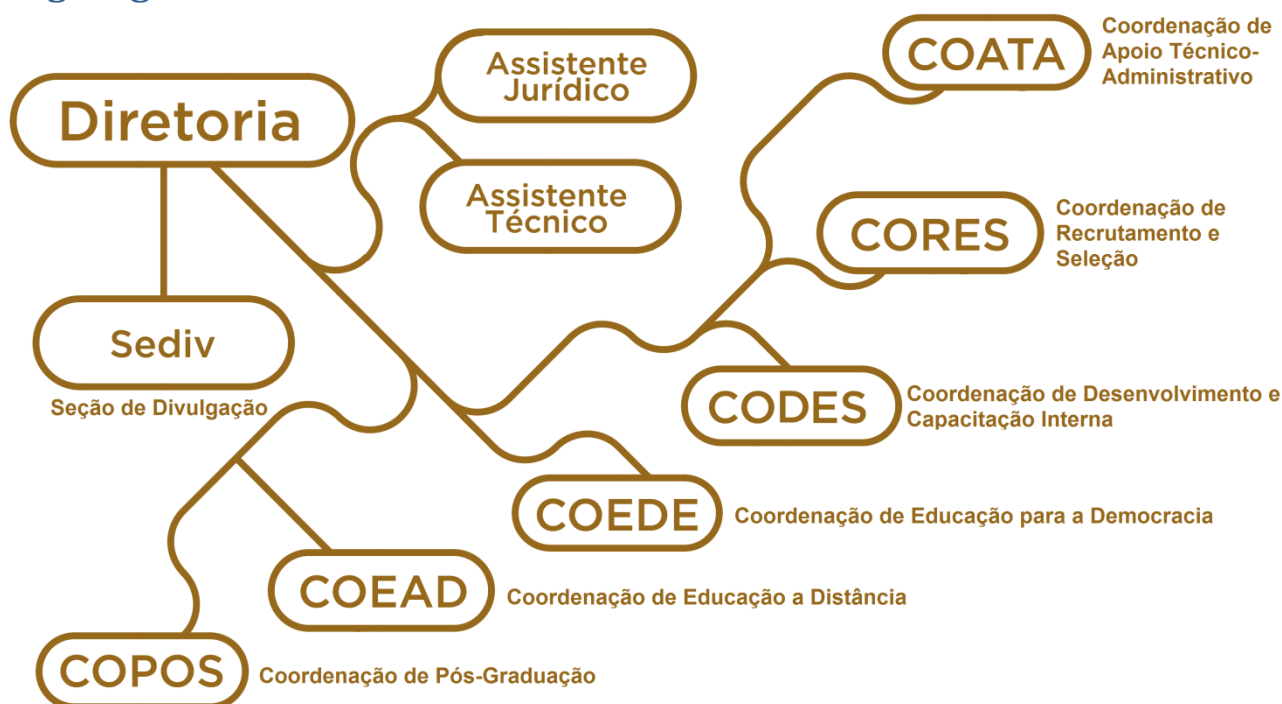
1. A educação é, por natureza, inacabada, desenvolvendo-se ao longo da vida nas relações humanas, na família, nas instituições de ensino, no trabalho e nas manifestações culturais.
2. A educação legislativa considera o educando protagonista de seu processo de desenvolvimento e requer a participação conjunta de diversos agentes de aprendizagem.
3. A educação legislativa contribui para a promoção da cidadania e para a construção permanente de uma sociedade amplamente democrática.
4. A formação ideal é a que atende aos objetivos organizacionais e às demandas do educando, dando sentido a sua experiência profissional e pessoal.
5. As ações educativas fundamentam-se no pluralismo, na tolerância e no respeito à diversidade.
6. O educando é um ser singular em termos de visão de mundo, experiências, interesses, expectativas, ritmos, estilos e necessidades de aprendizagem.
7. A atuação do Cefor se fundamenta na integração de suas três funções educacionais: educação continuada, educação para a democracia, produção e disseminação do saber legislativo.

MAPA ESTRATÉGICO



¹ O Planejamento Estratégico do Cefor foi concebido em consonância com as diretrizes (<https://bit.ly/34oaHDd>) do Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023 da Câmara dos Deputados (<https://bit.ly/315y1pT>).

Organograma



Programa de Pós-Graduação

O Programa de Pós-Graduação (PPG-Cefor) tem como propósito preparar profissionais no campo dos estudos legislativos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, na forma presencial ou a distância, nos níveis *lato sensu* e *stricto sensu*, visando ao fortalecimento institucional do Poder Legislativo.

No contexto do Planejamento Estratégico do Cefor, o Programa contribui nas quatro perspectivas (“Papel institucional”, “Público-alvo”, “Processos internos”, “Pessoas, recursos e tecnologia”), com ênfase no cumprimento dos objetivos “Promover a produção e disseminação do conhecimento” e “Alinhar ações de pós-graduação aos critérios de avaliação do MEC e da Capes”.

Missão

O Programa de Pós-Graduação do Cefor tem como missão formar profissionais qualificados com habilidades de pesquisa e de produção de conhecimento no campo dos estudos legislativos, capazes de intervir efetivamente na instituição e de dialogar com as realidades e desafios cotidianos do Poder Legislativo, contribuindo para o seu aperfeiçoamento, para o processo democrático e para atender às demandas da sociedade.

Visão de Futuro

Consolidar-se como Programa referência em ensino e pesquisa no campo dos estudos legislativos, com contribuições efetivas para a solução dos problemas complexos do Poder Legislativo, para a geração de impactos socioeconômicos e para o trato das políticas públicas, alcançando, dessa forma, o mais alto reconhecimento perante o Ministério da Educação (MEC), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a sociedade.

Atribuições

- Promover a formação e a qualificação de pessoas nas áreas do saber legislativo, no nível de pós-graduação.
- Desenvolver ações educativas sobre assuntos de natureza acadêmico-científica dentro do seu campo de estudo.
- Planejar, executar e avaliar atividades de ensino, pesquisa e extensão, na forma presencial ou a distância.
- Fomentar e disseminar a produção acadêmica de alunos, professores e pesquisadores.

Diretrizes Estratégicas

- a) Formação avançada de recursos humanos.
- b) Inovação como meio de promover ações transformadoras e colaboração em processos de trabalho e atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Foco na relevância socioeconômica da produção científica.
- d) Suporte à concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- e) Avaliação sistemática das ações de ensino, pesquisa e extensão.
- f) Inserção nacional e internacionalização.
- g) Alinhamento às [diretrizes estratégicas institucionais](#).

Público-alvo

Servidores públicos dos três poderes, nas esferas federal, estadual e municipal, e a sociedade.

Modalidades

Lato sensu

Em janeiro de 2005, o Programa de Pós-Graduação do Cefor foi credenciado pela Portaria n. 51/2005 do Ministério da Educação (MEC) para a oferta de cursos de especialização. Em 2017, o Centro foi reconhecido, por 8 (oito) anos, como escola de Governo para a oferta de cursos *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância.

Objetivo: desenvolver competências específicas para atuação qualificada no Poder Legislativo, alinhadas aos princípios institucionais e com potencial de intervir, de forma pragmática, em processos de trabalho.

Exemplos: cursos de especialização (próprios e em parceria) em processo legislativo, instituições e processos políticos, orçamento público, comunicação política, governança legislativa, políticas públicas, gestão estratégica e governança, etc.

Stricto sensu

Em outubro de 2011, a Capes aprovou a criação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo – MPPL, da Câmara dos Deputados. As atividades tiveram início no primeiro semestre de 2013 e o Programa de

Mestrado passou pelo primeiro ciclo de avaliação quadrienal da Capes no período 2013-2016, obtendo o conceito 4.

Objetivo: desenvolver competências e habilidades de pesquisa para atuação qualificada e resolução de problemas complexos no âmbito do Poder Legislativo, com base no estado da arte dos saberes e práticas legislativas, contribuindo para a permanente renovação do Legislativo no cumprimento do seu papel democrático.

Como **objetivos específicos**, destacam-se:

- 1) Instituir locus para produzir, sistematizar e disseminar conhecimento sobre o Poder Legislativo, nas dimensões inter e transdisciplinares, contribuindo para o fortalecimento do Parlamento e da democracia, com vistas ao desenvolvimento nacional.
- 2) Formar quadros avançados de recursos humanos, altamente qualificados, voltados à análise e à reflexão crítica sobre o Poder Legislativo em suas dimensões organizativa, funcional, política e institucional.
- 3) Aprimorar a atuação do Poder Legislativo por meio da profissionalização de seus servidores e de outros agentes que atuam junto ao Parlamento.
- 4) Desenvolver pedagogia do conhecimento que integre pressupostos teóricos, metodológicos e educacionais com as práticas profissionais e características do Legislativo e da sua área de saber, promovendo, assim, a interconexão entre os saberes e as práticas.

Perfil do Egresso

O Mestre em Poder Legislativo deve ter sólido conhecimento do processo legislativo e das práticas inerentes às casas legislativas, em suas dimensões organizativa, funcional, política e institucional. O desenvolvimento de tais competências provê ao egresso aptidão para inovar e transformar no seu fazer cotidiano, bem como estabelecer diálogo estreito com as realidades e desafios do Poder Legislativo. Desse modo, pode contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, por meio do método científico e da reflexão integradora dos diversos olhares sobre o Parlamento.

Linhas de Pesquisa

O MPPL fomenta a pesquisa científica básica e aplicada, com foco na área de concentração **Poder Legislativo** e em três **linhas de pesquisa**:

Gestão Pública no Poder Legislativo

Estuda a burocracia pública como elemento relevante na construção da democracia. Nesse sentido, cabem, por um lado, estudos relativos à gestão da burocracia do Poder Legislativo em suas várias dimensões (estratégia, pessoas, processos, tecnologias, finanças, segurança, espaço físico, infraestrutura e outras). Por outro lado, cabem ainda estudos relacionados ao papel do Legislativo no monitoramento, fiscalização e avaliação da burocracia do Executivo na condução de políticas públicas.

Processos Políticos do Poder Legislativo

Dedica-se a compreender o Legislativo dentro da tripartição clássica dos poderes e do exercício político que lhe dá existência. Dessa maneira, a linha se ocupa de três grandes funções tradicionalmente relacionadas ao Legislativo: a função legiferante, presente no processo legislativo, em geral, e nas diversas fases da elaboração e apreciação das leis, em específico; a função de controle e fiscalização da administração pública em relação ao funcionamento do Estado; e a função de representar a sociedade que faz parte do Legislativo.

Política Institucional do Poder Legislativo

Tem como campo de estudo os saberes e as práticas que as casas legislativas elaboram e disseminam sobre o Legislativo. Estratégias de ampliação e/ou melhoria da participação e da representação políticas merecem destaque, bem como as ações pedagógicas realizadas pelo Parlamento, em suas vertentes informativas e comunicativas.

Os professores permanentes e colaboradores integram as três linhas, segundo suas especializações e campos de pesquisa e conhecimento. O corpo docente é constituído por professores doutores com 40 horas de dedicação à instituição Câmara dos Deputados e no mínimo 10 horas de dedicação ao Programa, respeitadas as proporções de 70% permanentes e 30% colaboradores.

Tanto os docentes permanentes como os colaboradores devem apresentar produção condizente com o estabelecido no [Documento da Área 39](#)² (Ciência Política e Relações Internacionais – CP&RI) e com a condição de professores de pós-graduação *stricto sensu*.

Metas

As metas estipuladas para o quadriênio são de curto, médio e longo prazo e têm o propósito de orientar ações estratégicas do Programa, com vistas ao cumprimento da Missão e da Visão do PPG-Cefor, bem como dos objetivos específicos das modalidades de curso *lato* e *stricto sensu*. Foi dada ênfase nas [diretrizes estratégicas institucionais](#) e na avaliação quadrienal da Capes - período 2013-2016, que atribuiu ao MPPL o conceito “Bom” nos quesitos “Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa” e “Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora”.

M1: meta de médio prazo para garantia de oferta de disciplinas e orientação ante a sinalização de aposentadoria de docentes permanentes; previsão de dois processos seletivos.

M2: meta de curto e médio prazo para estruturação de política de autoavaliação com base no aperfeiçoamento de ações já desenvolvidas pelo PPG-Cefor e com base em novas ações iniciativas de forma a atender aos requisitos do ciclo de avaliação da Capes e às diretrizes institucionais.

M3: meta de curto e médio prazo para o desenvolvimento de ações de avaliação do impacto e da adequação dos TCCs.

M4: meta de curto prazo para alinhamento dos projetos de pesquisa às diretrizes institucionais no processo de seleção de alunos regulares.

M5: meta de curto prazo para distribuição equilibrada de orientações no corpo docente.

M6: meta de curto prazo para o desenvolvimento de ação para acompanhamento de regulares e egressos.

M7: meta de curto e médio prazo para desenvolvimento de ações de estímulo à produção intelectual bibliográfica e técnico-tecnológica.

M8: meta de curto e médio prazo para desenvolvimento de ações de divulgação da produção intelectual.

M9: meta de curto e médio prazo para desenvolvimento de ações de registro da produção intelectual na plataforma Lattes.

² Documento de Área 39 – Ciência Política e Relações Internacionais. Disponível em https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ciencia_politica_rel_internacionais.pdf

M10: meta de curto e médio prazo para realização de parcerias internacionais por meio de colaboração direta entre docentes, programas e grupos de pesquisa.

M11: meta de médio e longo prazo para celebração de acordos de cooperação técnico-científicos no âmbito institucional.

M12: meta de curto e médio prazo para ampliação da visibilidade do Programa.

M13: meta de médio e longo prazo para promoção da participação, no Programa, dos diversos setores da sociedade.

M14: meta de curto, médio e longo prazo para o aprimoramento da transparência das ações do Programa.

Ações Estratégicas para o período 2017-2020

Com vistas a orientar a condução do PPG-Cefor no quadriênio 2017-2020, foram estabelecidas ações estratégicas organizadas em cinco categorias: corpo docente; corpo discente e trabalhos de conclusão; produções intelectuais; internacionalização; e inserção social.

A) Corpo Docente

O PPG-Cefor é programa com vocação interdisciplinar e dispõe de corpo docente com formação diversa e compatível com a área de concentração e linhas de pesquisa. A qualificação acadêmica, didática e técnico-científica do corpo docente é objeto de avaliação periódica.

Ação Estratégica A1: Ingresso de professores colaboradores – processo seletivo

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1 e M5.

O ano de 2017 iniciou as atividades letivas com 19 docentes permanentes, todos constituintes do grupo de professores que deu origem ao MPPL em 2013. Diante da perspectiva de aposentadorias no quadriênio 2017-2020, a Coordenação de Pós-Graduação encaminhou à Direção do Cefor proposta de processo seletivo para professores colaboradores, instituindo, assim, o critério de entrada de professores no MPPL, ou seja, todo professor entra como colaborador, podendo passar a permanente de acordo com a produção técnico-científica.

Foram previstos dois processos seletivos para professores colaboradores no quadriênio 2017-2020, de forma a garantir a oferta de disciplinas e orientações.

O primeiro, realizado ao final de **2017**, selecionou três professores, um para cada linha, que iniciaram as atividades no primeiro semestre de 2018. A composição do corpo docente passou a ser de 22 professores, 19 permanentes (86%) e 3 colaboradores (14%).

O segundo, realizado ao final de **2018**, selecionou mais três professores, um para cada linha, empossados na segunda quinzena de março de 2019, após o reenquadramento do corpo docente descrito na ação A3. A composição do corpo docente passou a ser de 25 professores, 18 permanentes (72%) e 7 colaboradores (28%).

No segundo semestre de **2019**, aposentaram-se dois professores colaboradores e um permanente, retornando ao quantitativo de 22 professores, 17 permanentes (77%) e 5 colaboradores (23%). Existe a previsão de aposentadoria de, pelo menos um docente permanente em 2021.

Com a continuidade desta ação estratégica, projeta-se a manutenção do atendimento à diretriz da Área de CP&RI de, no mínimo, 60% de professores permanentes nos mestrados profissionais.

Ação Estratégica A2: Avaliação das normas que disciplinam as atividades de docência, pesquisa e extensão

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M2 e M5.

Na avaliação da Capes referente ao quadriênio 2013-2016, o MPPL recebeu o conceito “**Bom**” no quesito “**Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa**”.

Quanto à composição do corpo docente, há um desafio próprio de escolas de governo da esfera federal, em particular desta Casa Legislativa, que consiste em compatibilizar os dispositivos da Lei n. 8.112/1990 com os requisitos de atuação de docentes permanentes estabelecidos pela Capes e pela CP&RI. Em suma, a Lei requer que as atividades de docência, pesquisa e extensão desenvolvidas por servidores públicos ocupantes de cargo efetivo ou comissionado se dê em caráter "eventual", com um limite estabelecido de horas, o que se contrapõe à condição de docente "permanente" estabelecida pela Capes e com a oferta contínua do curso.

Nesse sentido, por iniciativa da Coordenação e Pós-Graduação, a Câmara dos Deputados constituiu, em **2017**, Grupo de Trabalho Interdisciplinar que divulgou, em dezembro de 2018, nota técnico-jurídica sobre as normas que disciplinam as atividades de docência, pesquisa e extensão, com o objetivo de subsidiar a Administração da Câmara dos Deputados na apreciação de propostas de normatização do Programa de Mestrado Profissional (processo 260446/2017). Dentre as recomendações, destacam-se a “inclusão, no cômputo do tempo de dedicação ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados, de atividades inerentes às atribuições dos cargos dos servidores que integrem seu corpo permanente de professores e guardem relação com o Curso” e a “alteração dos registros junto à Plataforma Sucupira, da CAPES, do tempo de dedicação dos professores permanentes ao Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados, de maneira a, ao mesmo tempo em que reflitam a realidade, compatibilizá-los, de um lado, com as exigências daquele órgão governamental para avaliação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e, de outro, com os reclamos dos órgãos de controle interno e externo da administração pública.”

A Coordenação e Pós-Graduação também levou às reuniões dos coordenadores da Área de CP&RI, em **2019**, solicitação de revisão dos percentuais permanente/colaborador para 50/50, para o caso de programas profissionais, sob os seguintes argumentos: (1) um percentual maior de professores colaboradores pode ser mais adequado quando são considerados a modalidade profissional do curso e o dinamismo das mudanças organizacionais, em especial no Poder Legislativo, visto que nesse grupo (colaboradores) é admissível certa rotatividade sem impactos na avaliação quadrienal; (2) tal mudança não representaria, na prática, efeitos negativos à estabilidade do Programa, uma vez que o quadro docente do MPPL pertence ao quadro funcional da própria instituição; (3) a condição de colaborador confere ao docente maior dedicação às atividades de sua prática profissional, para em seguida retornar às atividades acadêmicas, numa contínua e profícua circulação do conhecimento teórico e prático; (4) essa rotatividade seria altamente benéfica, pois o curso ganharia em diversidade e qualidade de ofertas. Esse entendimento foi registrado pelo MPPL na seção Autoavaliação do sistema Coleta em 2019.

Em atendimento a essa solicitação, no final de 2019, o [Documento Orientador de APCN](#)³ (pg. 8, item 3.3) trouxe nova orientação para mestrados profissionais, estabelecendo mínimo de 60% de professores permanentes na constituição do corpo. O MPPL efetuará a adequação do percentual mínimo de docentes permanentes na próxima avaliação de produtividade do corpo, conforme a ação A3.

³ O Documento Orientador de APCN está disponível em https://capes.gov.br/images/Criterios_apcn_2019/CPOL.pdf.

Ação Estratégica A3: Avaliação periódica do corpo docente para reenquadramento e credenciamento

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M2, M3, M5, M7, M9 e M14.

O Colegiado do MPPL aprovou, em 2017, [regulamento](#)⁴ que estabelece os critérios da avaliação contínua do corpo docente com base na produtividade lançada no currículo Lattes. Ao final do segundo ano de cada quadriênio, efetua-se o reenquadramento, que consiste em classificar como permanentes, no mínimo, 70% (a ser alterado para 60%) dos docentes mais bem classificados, ficando, os demais, automaticamente enquadrados como colaboradores. Ao final do quadriênio, nova avaliação é efetuada com vistas não somente ao reenquadramento, mas, também, ao credenciamento dos docentes, levando em conta a produção de todo o quadriênio.

Em março de **2019** a Coordenação de Pós-Graduação realizou o primeiro reenquadramento do corpo docente, utilizando-se o programa [Extrato Lattes](#)⁵ para a extração dos dados e classificação dos professores, ocasião em que dois professores permanentes passaram a colaboradores e um professor colaborador passou a permanente.

A avaliação de produtividade a ser realizada ao final do Coleta do quadriênio 2017-2020 também terá o objetivo de adequar o percentual de docentes permanentes ao mínimo de 60% estabelecido pelo novo [Documento Orientador de APCN](#) (pg. 8, item 3.3).

No ano de **2020**, essa ação foi inserida na Política de Autoavaliação do MPPL.

Ação Estratégica A4: Avaliação periódica das disciplinas e docentes pelos alunos

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2 e M14.

Ao final de cada semestre os alunos do MPPL avaliam as disciplinas das quais participaram com base em três dimensões de avaliação: autoavaliação do aluno, avaliação da disciplina e avaliação da atuação do docente.

Especificamente quanto aos docentes, são avaliados três itens: conhecimento, didática e relação interpessoal. Além disso, é perguntado ao aluno que conhecimentos ou habilidades o professor precisa aprimorar ou adquirir. Na consolidação das avaliações, o item “didática” normalmente se destaca como o que apresenta maiores possibilidades de aprimoramento, gerando oportunidades de consecução de um plano de aperfeiçoamento para os professores do Programa.

Os resultados são monitorados pela Coordenação de Pós-Graduação e comparados com as avaliações de semestres anteriores. Variações bruscas no desempenho dos docentes ou nos itens de qualidade da disciplina são objeto de reunião com os respectivos professores para a tomada de ações corretivas.

Os itens são avaliados em uma escala Likert de 0 a 5. As médias da avaliação das disciplinas e dos professores no quadriênio estão ilustradas no Quadro 1.

Quadro 1 – Médias das avaliações efetuadas pelos alunos.

Ano	Disciplinas (média ± dp)	Atuação docente (média ± dp)
2017	(4,49 ± 0,27)	(4,79 ± 0,22)
2018	(4,52 ± 0,23)	(4,74 ± 0,23)

⁴ O regulamento está disponível em <http://tiny.cc/recredenciamento>.

⁵ O sistema Extrato Lattes está disponível em <https://github.com/Cefor/extratolattes>.

2019	(4,51 ± 0,21)	(4,75 ± 0,21)
2020	(4,51 ± 0,21)	(4,67 ± 0,21)

No ano de **2020**, essa ação foi inserida na Política de Autoavaliação do MPPL.

B) Corpo discente e trabalhos de conclusão

O corpo discente do MPPL fechou o ano de 2020 com 14 alunos regulares e 103 egressos (período 2013-2020). São, portanto, 103 trabalhos de conclusão de curso resultantes de pesquisas sobre o Poder Legislativo à disposição da comunidade científica e da sociedade.

Na direção da reforma do sistema de avaliação da pós-graduação promovida pela Capes, o PPG-Cefor vem desenvolvendo ações de autoavaliação com vistas a verificar a relevância socioeconômica do conhecimento produzido. Também o acompanhamento de egressos ganhou novo formato.

Ação Estratégica B1: Verificação do impacto e da adequação dos trabalhos de conclusão de curso TCCs

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M3, M4, M5, M12 e M14.

Na avaliação da Capes referente ao quadriênio 2013-2016, o MPPL recebeu o conceito “**Regular**” nos quesitos “**Aplicabilidade dos trabalhos produzidos**” e “**Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos**”.

Quanto à **adequação**, nos anos de **2018, 2019 e 2020**, o MPPL efetuou a verificação de coerência com as linhas de pesquisa e temáticas dos TCCs defendidos desde o início do Programa. De forma geral, pode-se concluir que os trabalhos foram dedicados a responder a questões relevantes concernentes à Câmara dos Deputados e ao Poder Legislativo.

Tendo como referência as áreas de concentração das linhas de pesquisa, procedeu-se ao levantamento das temáticas principais que nortearam os TCCs, chegando-se ao resultado do Quadro 2.

Quadro 2 – Temáticas dos TCCs defendidos (2013-2020) por linha de pesquisa.

Linha e Pesquisa	Temática
Gestão Pública no Poder Legislativo	Burocracia e eficiência Recursos humanos / gestão de pessoas Gestão da tecnologia e da informação Orçamento e finanças Segurança institucional Espaço físico Políticas públicas Governança
Processos Políticos do Poder Legislativo	Funções constitucionais do Poder Legislativo Relação entre poderes Função legiferante Processo legislativo Controle e fiscalização do Estado Atuação da sociedade no Legislativo Processo eleitoral História política do Brasil

	Discurso político
Política Institucional do Poder Legislativo	Transparência Representação e participação política Educação Informação Comunicação (Rádio Câmara, TV Câmara, mídias sociais) Parlamento digital Parlamento e mídia Mídia e democracia Comunicação política

Quanto ao **impacto**, os TCCs foram analisados sob duas perspectivas: formato e aplicabilidade. No que tange ao formato dos trabalhos, o MPPL, em consonância com sua vocação profissional, tem incentivado a produção de TCCs em outros formatos que não somente a dissertação, de forma a atender às demandas da sociedade, alinhadas com o objetivo do programa, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento. Nesse sentido, desenvolveu um “Guia de modalidades de TCC” (disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes>) com o objetivo de esclarecer e fomentar a prática dos diferentes formatos permitidos pela Capes para mestrados profissionais, que possam gerar resultados mais efetivos para a Instituição. A partir desse Guia, houve a reclassificação de TCCs anteriormente definidos como dissertações e a apresentação de projetos de software e produto de mídia como possibilidades de defesas. Quanto à aplicabilidade, os TCCs se mostram condizentes com o papel de mestrado profissional. O Quadro 3 destaca alguns dos principais TCCs e respectivas aplicações.

Quadro 3 – Exemplos de TCCs defendidos (2015-2020) e aplicações.

TCC	Aplicação
<p>2020 - IDENTIFICANDO O CAPITAL HUMANO NO SETOR PÚBLICO: uma análise sistemática e comparada com as práticas de avaliação educacional na Câmara dos Deputados</p> <p>Aluno: Osvaldo Mazzola Júnior</p> <p>Tipo: Dissertação</p>	<p>O estudo teve objetivo de identificar indicadores de capital humano em organizações públicas brasileiras. Os resultados mostraram ser viável utilizar avaliações educacionais como uma ferramenta para monitorar e avaliar o capital humano em organizações públicas brasileiras, neste caso utilizando os parâmetros dos modelos avaliativos da Câmara dos Deputados. Para organizações do conhecimento, feito a Câmara, (re)conhecer o valor das pessoas que aplicam seu capital humano no trabalho é extremamente relevante e crítico para o sucesso da Instituição. Sobretudo quando atualmente se avizinha uma reforma, no âmbito dessa Casa Parlamentar, que busca novos paradigmas para o serviço público, baseados em avaliação de desempenho de servidores, eficiência administrativa, economicidade e transparência.</p>
<p>2020 - PLENÁRIOS AO VIVO NOS PARLAMENTOS AMERICANOS: transparência, publicidade e estímulo à accountability</p> <p>Aluna: Ginny Carla Morais de Carvalho</p> <p>Tipo: Estudo de Caso</p>	<p>Com o mapeamento inédito dos parlamentos americanos, a discente estabeleceu a relação entre como as transmissões de cada país se encaixam na política de abertura do Legislativo aos seus cidadãos. Além da importância para os estudos legislativos, Ginny Morais buscou identificar boas práticas nas transmissões das atividades de Plenário que fossem profícuas para o fortalecimento democrático dos parlamentos. Como Coordenadora da Rede Legislativa de Rádio e TV Digital da Câmara, já elabora um novo projeto de transmissão de Plenário, em fase de protótipo e com estreia prevista para 2021, em que integra boas práticas levantadas na pesquisa.</p>
<p>2020 - ORÇAMENTAÇÃO POR</p>	<p>O estudo trata da orçamentação por desempenho no âmbito do</p>

<p>DESEMPENHO NO CONGRESSO NACIONAL: incentivos institucionais e comportamento legislativo</p> <p>Aluno: Paulo Roberto Simão Bijos</p> <p>Tipo: Estudo de Caso</p>	<p>Congresso Nacional. As recomendações propostas incentivaram a retomada de discussão sobre melhoramentos no Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), inclusive incluindo a representação de outras Comissões Temáticas das Casas legislativas. Por meio de assessoramento do discente à Comissão Mista da Covid-19 no Congresso Nacional, o 5º Boletim de Acompanhamento da Comissão recomendou o “resgate de iniciativas voltadas ao fortalecimento da orçamentação por desempenho”. Resultado da pesquisa o ESTUDO TÉCNICO Nº 34/2020 CRÉDITOS ADICIONAIS E PRODUTOS DE AÇÕES FINALÍSTICAS: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA está sendo usado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados como subsídio para análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), o que caracteriza o impacto real do produto técnico-tecnológico indicado</p>
<p>2019 – A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TRADUÇÃO AUTOMÁTICA DE DOCUMENTOS LEGISLATIVOS: uma aplicação na pesquisa interparlamentar.</p> <p>Aluno: Eduardo Antônio Mello Freitas</p> <p>Tipo: Projeto de Inovação Tecnológica</p>	<p>A pesquisa subsidiou o desenvolvimento do software do robô digital Ulysses na função de tradução automática de documentos legislativos, com vistas a facilitar a busca de conteúdos legislativos e a tornar a pesquisa legislativa menos dependente da língua. O Ulysses foi apresentado em Genebra/Suíça, em novembro de 2018, a parlamentares de todo o mundo durante o Encontro da União Interparlamentar (UIP). Essa iniciativa contribuiu para que a Câmara dos Deputados fosse declarada Hub de Inovação especializado em dados abertos e inteligência artificial do Centro de Inovação da UIP.</p>
<p>2019 – REGIME DE COMPETÊNCIA CONTÁBIL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: Uma análise do processo de institucionalização do regime de competência contábil para o registro patrimonial na Câmara dos Deputados segundo a vertente sociológica do institucionalismo.</p> <p>Aluno: Vanildo da Cunha Menezes</p> <p>Tipo: Estudo de Caso</p>	<p>O estudo procurou entender como as mudanças das normas contábeis brasileiras, quanto à adoção do regime de competência contábil para o registro dos fatos que afetam o patrimônio, estão ocorrendo na contabilidade da Câmara dos Deputados à luz do institucionalismo sociológico. Os resultados apontam que a Câmara dos Deputados se encontra no estágio de sedimentação do processo de institucionalização, o que caracteriza nível avançado de institucionalização do regime de competência contábil na Câmara dos Deputados. O trabalho subsidiou o processo de implantação do regime de competência.</p>
<p>2019 – A REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY NO PARLAMENTO BRASILEIRO: uma abordagem e análise da construção legislativa da regulamentação da atividade.</p> <p>Aluno: Abraham Lincoln Ferreira Cardoso</p> <p>Tipo: Estudo de Caso</p>	<p>Estudo com o objetivo de evidenciar a evolução no processo de regulamentação da atividade de lobby. Observou-se que foram apresentadas inúmeras proposições sobre o tema, que o texto normativo em construção está tendente a ser uma legislação com viés fraco, no tocante a sua força normativa. O trabalho subsidiou discussões sobre o tema nas comissões da Casa.</p>
<p>2018 – A COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS AO MERCADO DE CONSUMO: reflexões sobre uma</p>	<p>Estudo sobre a atuação da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados nas políticas públicas voltadas à proteção do consumidor. O estudo encontra marcas do emprego da Comissão de Defesa do Consumidor como arena de debate, reflexão e influência sobre temas relevantes do mercado de</p>

<p>atuação não legiferante</p> <p>Aluno: Cassiano Luiz Crespo Alves Negrão</p> <p>Tipo: Estudo de Caso</p>	<p>consumo por meio de audiências públicas desvinculadas do objetivo de produção legislativa própria, e defende a existência de uma estratégia de atuação da Comissão com contornos próprios e ainda pouco estudados: a ação não legiferante.</p>
<p>2018 – O LOBBY INSTITUCIONAL PÚBLICO NO PROCESSO POLÍTICO-LEGISLATIVO: o caso ANATEL</p> <p>Aluna: Maísa Martins de Toledo Nassar de Oliveira</p> <p>Tipo: Estudo de Caso</p>	<p>Estudo descritivo da atuação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel dentro do Poder Legislativo, com o objetivo de mostrar como acontece o lobby institucional público entre essas duas instâncias de poder, Executivo e Legislativo. O estudo aponta que a arena mais propícia à atuação dos grupos de pressão está nas comissões temáticas. Dada a relevância e inserção nacional, a aluna foi convidada a participar de debate sobre sua dissertação no programa Academia, da TV Justiça. (https://www.youtube.com/watch?v=pvvpXMyATPE)</p>
<p>2017 – O USO DE DROGAS ILÍCITAS EM DEBATE NO CONGRESSO NACIONAL: um estudo de caso sobre a orientação política dos parlamentares federais no período de 1999 a 2015</p> <p>Aluna: Nara Benedetti Nicolau Brum</p> <p>Tipo: Estudo de Caso</p>	<p>Este trabalho utilizou as proposições legislativas sobre política sobre drogas apresentadas na primeira sessão legislativa das últimas cinco legislaturas. São feitas observações críticas sobre as atuações e omissões embutidas na legislação e nas proposições legislativas. Concluiu-se que a orientação comunitarista, em que cada um é responsável por suas escolhas, é preponderante em todos os períodos analisados, fortalecendo-se após a aprovação da atual política nacional de drogas.</p>
<p>2017 – EFEITOS DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO NO COMPORTAMENTO POLÍTICO DOS EGRESSOS (2006 a 2014)</p> <p>Aluno: Lúcio Meireles Martins</p> <p>Tipo: Estudo de Caso</p>	<p>Estudou os efeitos do PJB na cultura cívica, no engajamento cívico e na participação política formal dos egressos. Os resultados apontam para uma mudança cultural duradoura e abrangente no nível da atitude política expressa no crescimento da confiança política no Poder Legislativo e, em menor nível, nos partidos políticos.</p>
<p>2016 – DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS: um diagnóstico da demanda na Câmara dos Deputados</p> <p>Aluno: Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel</p> <p>Tipo: Dissertação</p>	<p>Por meio de questionário online com 92 respondentes, a pesquisa mostrou que os dados abertos governamentais são utilizados pelos segmentos Governo, Sociedade, Academia e Mercado, e que o uso abrange desde aplicações digitais a pesquisas acadêmicas e reportagens, contribuindo para a melhoria da transparência da Câmara e para o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo.</p>
<p>2016 – PODERES ORÇAMENTÁRIOS NO PRESIDENCIALISMO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: contribuições aos modelos comparativos</p> <p>Aluno: Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt</p> <p>Tipo: Dissertação</p>	<p>Este trabalho tem por objeto as regras e efeitos do poder de agenda presidencial sobre a deliberação e execução do orçamento público federal comparando os períodos sob vigência das Constituições democráticas brasileiras de 1946 e 1988. O trabalho conclui que, mesmo com algumas qualificações, as hipóteses da literatura são consistentes com os dados e sugere, de forma indutiva, algumas características adicionais relevantes para a construção de modelos comparativos baseados no orçamento voltados à análise do presidencialismo de coalizão brasileiro em suas diferentes etapas históricas.</p>
<p>2015 – LOBBY E A SUA REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL: uma</p>	<p>A análise sistemática das proposições em curso no Parlamento brasileiro sobre o estabelecimento do marco regulatório do lobby</p>

análise sistemática sobre as propostas e possibilidades de normatização	mostrou que o lobby pode se manifestar como uma atividade transparente e controlável por segmentos da sociedade.
Aluno: Miguel Gerônimo da Nobrega Netto	
Tipo: Dissertação	
2015 – TRABALHADORES E O AMBIENTE DE TRABALHO NO PODER LEGISLATIVO FEDERAL BRASILEIRO: edifício doente ou edifício adoecedor?	Estudo de Caso, relatou que, como instituição responsável pela elaboração das leis, é importante à Câmara dos Deputados o autoconhecimento com respeito às condições que provêm ambiente físico e psicossocial adequado aos seus trabalhadores e que valorizem a gestão com ênfase em Qualidade de Vida no Trabalho.
Aluna: Milene Cristina dos Santos	
Tipo: Estudo de Caso	

Em perspectiva de médio prazo, a verificação de aplicabilidade dos TCCs será baseada na avaliação externa ao Programa de relevância do TCC para a instituição e para a sociedade a partir da aplicação, a gestores da Câmara dos Deputados e a parceiros externos à instituição, do questionário previsto no Anexo I do relatório do “GT Impacto e Relevância Econômica e Social” da CAPES (<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-impacto-e-relevanciaeconomica-e-social-pdf>).

No ano de **2020**, a Ação Estratégica B1 foi inserida na Política de Autoavaliação do MPPL.

Ação Estratégica B2: Adequação do processo seletivo de alunos regulares

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M4, M5, M13 e M14.

O MPPL aprovou em **2019** novas regras para o processo seletivo de alunos regulares, visando à adequação da distribuição de orientandos por docente e à definição de temáticas apropriadas para os projetos de pesquisa, de forma a considerar o perfil do corpo docente, a aplicabilidade dos trabalhos produzidos, as diretrizes estratégicas institucionais (<https://bit.ly/34oaHDd>) e a respectiva inserção regional e nacional.

Nesse novo modelo, o número de vagas é estabelecido no edital de seleção com base no quantitativo informado de orientandos que cada docente poderá receber em temáticas específicas. Considera-se, assim, no processo seletivo: (1) o tamanho e a maturidade do corpo docente, ajustados às necessidades do número de alunos que entram por ano (Documento Orientador de APCN, pg. 8); (2) o perfil desejado do corpo docente em função da vocação do Programa (Documento Orientador de APCN, pg. 6). Portanto, no ato da inscrição, o candidato informa a linha, a temática e o orientador pretendidos.

Essa ação contribui para o aprimoramento do quesito “**Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa**” em que o MPPL recebeu o conceito “**Regular**” na avaliação da Capes referente ao quadriênio 2013-2016.

As novas diretrizes de avaliação da Capes também chamam a atenção para o impacto e relevância dos TCCs, e consideram o alinhamento das ações de pesquisa com os objetivos e metas estratégicos do Programa. Nesse sentido, o MPPL adicionou ao novo modelo orientação estratégica clara, que sinaliza os tipos de projeto que devem ser apresentados pelos candidatos. As temáticas constantes dos editais de 2019 e 2020 foram antes discutidas com a Administração da Câmara dos Deputados, de forma que os futuros TCCs e respectivos resultados de pesquisa tenham maior chance de se converter em conhecimento relevante e útil para a Instituição e para a sociedade.

Por fim, o novo modelo amplia o impacto regional do MPPL, na medida em que estabelece igualdade de condições, na concorrência às vagas, entre servidores da Câmara dos Deputados e de instituições com as quais a Câmara mantém acordo de cooperação técnica.

A Ação Estratégica B2 veio a corrigir distorções do modelo anterior, no qual eram oferecidas 21 vagas, 7 para cada linha de pesquisa. Ocasionalmente, vagas não preenchidas em determinada linha poderiam ser remanejadas para outra. Os candidatos apresentavam propostas de pesquisa oriundas de seus interesses próprios e experiências. Ainda que tais projetos mantivessem coerência com as linhas de pesquisa do MPPL, alguns não encontravam acolhimento do corpo docente para orientação por estarem distantes dos interesses de pesquisa ou da expertise dos professores. Daí a dificuldade de se conseguir orientadores.

Além disso, boa parte dos projetos apresentavam pouca maturidade acadêmica e eram trocados por outros no transcorrer do curso, desperdiçando-se precioso tempo de pesquisa e, até mesmo, da banca de seleção que se debruçou sobre o texto original. Em enquete no encontro de alunos com o Coordenador, foi constatado que alguns projetos submetidos tinham o único propósito de aprovação na seleção.

A correção de tais instruções já são percebidas na turma de 2021, decorrente das etapas do processo seletivo que avaliaram previamente as diversas possibilidades de orientação do discente em virtude da temática e do projeto de pesquisa apresentados. Resultado do novo modelo de seleção de alunos regulares, o edital 2020 ofertou 30 vagas, divididas entre 16 docentes orientadores nas três linhas de pesquisa, e o processo seletivo homologou 49 inscrições. O resultado final da seleção foi divulgado em dezembro de 2020, com a convocação para matrícula de 19 alunos regulares com ingresso no primeiro semestre de 2021 com a indicação dos respectivos orientadores (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/processo-seletivo>).

2017 – Ofertadas 21 vagas, 7 para cada linha. Dos 45 inscritos, 21 foram aprovados, sendo 6 na Linha 1, 9 na Linha 2 e 6 na Linha 3. Houve a conversão de 1 vaga da Linha 1 para a Linha 2 e de 1 vaga da Linha 3 para a Linha 2.

2018 – Ofertadas 21 vagas, 7 para cada linha. Dos 45 inscritos, 21 foram aprovados, sendo 7 na Linha 1, 8 na Linha 2 e 6 na Linha 3. Houve a conversão de 1 vaga da Linha 3 para a Linha 2. O Edital 2017/2018 já apontava temáticas para a apresentação dos projetos.

2019 – Ofertadas 21 vagas, 7 para cada linha. Dos 32 inscritos, 13 foram aprovados, sendo 3 na Linha 1, 7 na Linha 2 e 3 na Linha 3. O Edital 2018/2019 apontava temáticas para a apresentação dos projetos.

2020 – Ofertadas 30 vagas. Dos 49 inscritos, 19 foram aprovados. O Edital 2020 apontava os docentes orientadores e as temáticas para a apresentação dos projetos.

Ação Estratégica B3: Acompanhamento de egressos

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M6, M7, M8, M9, M12, M13 e M14.

No quadriênio 2017-2020, o PPG-Cefor promoveu a reestruturação do processo de acompanhamento de egressos, com o intuito de acompanhar de perto a trajetória profissional dos ex-alunos e integrá-los continuamente ao MPPL. Um novo ciclo de avaliação foi implantado, baseado em sistemática de escuta de alunos egressos sobre o processo formativo. Assim, survey com os egressos foi realizada em fevereiro de 2019 e dezembro de 2020, meio e fim do ciclo de avaliação (relatórios de avaliação disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>). As pesquisas de **2019** e **2020**, enviadas, respectivamente, a 63 e 103 egressos, abrangeram questões sobre os impactos profissionais, acadêmicos, pessoais e sociais decorrentes da participação no Mestrado. Contaram com 41 e 31 respondentes, dentre os quais cerca de 90% afirmaram ter melhorado o desempenho profissional e 70% produziram alguma inovação nas atividades do trabalho após ingresso no MPPL (médias se mantiveram nas duas pesquisas).

Também foi criado perfil institucional na rede social LinkedIn (<https://br.linkedin.com/school/pós-graduação-câmara-dos-deputados/>) para o intercâmbio de experiências profissionais e acadêmicas. Outro ponto essencial de aproximação entre docentes e discentes com os egressos do MPPL é o encontro anual AMPLIAR, que em 2020 chegou a sua terceira edição. Nos dois primeiros encontros, foram discutidos temas como a importância das redes sociais para manter contatos e divulgações direcionados à vida acadêmica (conversa com o docente Cristiano Ferri) e divulgação científica e grupos de pesquisa (conversa com o docente André Sathler), seguido de café da manhã para integração. Na terceira edição do AMPLIAR, conduzida no formato de live pelo canal do Cefor no Youtube, adotou-se a perspectiva dos egressos, dando a eles voz e espaço para falarem sobre temáticas e metodologias de pesquisa na área de estudos legislativos e o impacto do MPPL em suas trajetórias profissionais e acadêmicas. Apresentaram suas experiências os egressos Nívea Flausino Vitolo, Rose Mirian Hofmann, Paulo Roberto Simão Bijos, Candyce da Cruz Rocha, Eduardo Antônio Mello Freitas e Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt. Até o final de 2020, os dois momentos do terceiro encontro AMPLIAR reuniam 430 visualizações (informações sobre os eventos disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/eventos/palestras>). Além disso, o PPG-Cefor estabelece comunicação periódica com os ex-alunos por newsletter e mantém o estímulo à atualização do currículo Lattes dos egressos por chamado direcionado e envio do Extrato Lattes.

Vale ressaltar que diversos egressos do programa ocupam, atualmente, posição de destaque na Câmara dos Deputados, como o caso da Chefe e da ex-Chefe de Gabinete da Presidência (Natália Morato Camargos e Cássia Regina Ossipe Martins Botelho), do Diretor Administrativo (Rômulo de Sousa Mesquita), da ex-Chefe da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral (Lília Ribeiro Fernandes), do Chefe da Assessoria Técnica da Diretoria Legislativa e Diretor Legislativo-substituto (Miguel Gerônimo da Nobrega Netto), do Diretor do Laboratório Hacker de inovação cidadã da Câmara (Walternor Brandão). Os egressos também atuam em outras instituições, como Banco Mundial (Candyce Da Cruz Rocha) e Senado Federal (Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt). O curso de Mestrado formou, até o final de 2020, 103 egressos. Desde 2015, com a titulação dos primeiros mestres, o Programa de Pós-Graduação tem estimulado a participação dos egressos por meio de convites para atuação em docência de cursos lato sensu, orientação de TCCs, participação em bancas de defesa de TCC, coordenação de mesas temáticas na Jornada de Pesquisa e Extensão (evento anual), publicação de artigos na Revista E-Legis, participação na Comissão Própria de Avaliação e em Grupos de Pesquisa e Extensão.

No ano de **2020**, a Ação Estratégica B3 foi inserida na Política de Autoavaliação do MPPL.

Ação Estratégica B4: Desenvolvimento e implantação do Canal do Aluno

Ação desenvolvida para o alcance das metas M6, M9 e M14.

Em **2019**, foi idealizado o Canal do Aluno, uma página de fácil acesso com as informações de interesse do aluno, incluindo a possibilidade de atendimento personalizado, com agendamento de dia e hora, para resolver dúvidas e pendências, prestar informações detalhadas sobre a situação do aluno no curso, como créditos concluídos e faltantes, prazos para qualificação e defesa, enfim, todos pontos de atenção para o bom andamento do curso. O Canal tem previsão de implantação no ano letivo de 2021.

C) Produção intelectual

A produção intelectual de docentes, alunos regulares e egressos é monitorada periodicamente. Ações de apoio e incentivo à produção e à divulgação do conhecimento são efetuadas com frequência, de forma a manter ativa a rede de contatos acadêmico-profissionais.

Ação Estratégica C1: Monitoramento da produção pelo Extrato Lattes

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M2, M5, M6, M7, M8, M9 e M14.

O Extrato Lattes é gerado e enviado ao corpo docente com periodicidade quadrimestral. Para alunos regulares e egressos, a periodicidade é anual. Ao enviar os extratos, a Coordenação de Pós-Graduação enfatiza os pontos relevantes estabelecidos nas diretrizes de avaliação quadrienal da Capes e nos documentos da Área de CP&RI. Os quadros 4, 5 e 6 mostram, respectivamente, a produção dos docentes, regulares e egressos. Foi utilizada a base Qualis Periódicos do período 2013-2016.

Quadro 4 – Produção de docentes lançada nos currículos Lattes (2017-2020).

Item de Produção	Detalhe da Produção
Artigos em periódicos (maior estrato)	$22(A1) + 17(A2) + 30(B1) + 23(B2) + 4(B3) + 1(B4) + 10(B5) + 1(C)$ = 108
Livros	$46(\text{capítulos de livro}) + 4(\text{livro organizado/edição}) + 11(\text{livros}) =$ 61
Produção técnica	$180(T4) + 152(T3) + 248(T2o) + 44(T2) + 420(T1) + 66(-) =$ 1110
Projetos de pesquisa	$6(\text{coordenador, financiados}) + 31(\text{coordenador, não financiados})$ $5(\text{membro, financiado}) + 9(\text{membro, não financiado}) =$ 51

Nota: extratos gerados em 30/03/2021.

Quadro 5 – Produção de alunos lançada nos currículos Lattes: 33 alunos.

Item de Produção	Detalhe da Produção
Artigos em periódicos (maior estrato)	$1(A1) + 1(C) =$ 2
Livros	$2(\text{capítulos de livro}) + 1(\text{livro organizado/edição}) =$ 3
Produção técnica	$4(T4) + 4(T3) + 1(T2o) + 21(T1) + 92(-) =$ 122
Projetos de pesquisa	$9(\text{coordenador, não financiados}) =$ 9

Nota: extratos gerados em 24/03/2021.

Quadro 6 – Produção de egressos lançada nos currículos Lattes (2013-2020).

Item de Produção	Detalhe da Produção
Artigos em periódicos (maior estrato)	$4(A1) + 6(B1) + 7(B2) + 1(B3) + 5(B4) =$ 23
Livros	$15(\text{capítulos de livro}) + 2(\text{livro organizado/edição}) + 6(\text{livros}) =$ 23
Produção técnica	$74(T4) + 65(T3) + 50(T2o) + 3(T2) + 121(T1) + 157(-) =$ 470
Projetos de pesquisa	$3(\text{coordenador, financiados}) + 24(\text{coordenador, não financiados})$ $+ 16(\text{membro, não financiado}) =$ 43

Nota: extratos gerados em 24/03/2021.

Ação Estratégica C2: Atividades Complementares com lançamento obrigatório no Lattes

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M6, M7, M9 e M14.

As Atividades Complementares compõem a Matriz Curricular do MPPL e são aquelas pertinentes à pesquisa do aluno, previstas em [regulamento](#)⁶ próprio. Com vistas a ambientar os alunos ao lançamento no currículo Lattes e a acompanhar a produção intelectual discente, o Colegiado do Mestrado aprovou, em maio de **2018**, o novo texto que disciplina a integralização das horas complementares, prevendo, entre os requisitos, a inclusão das atividades no currículo Lattes do aluno.

Além disso, o Programa inovou ao possibilitar a divulgação de bases de dados de pesquisa no repositório público do PPG-Cefor (<https://github.com/Cefor>) como uma nova categoria de atividade complementar. Por fim, para se adaptar a essas mudanças, o acompanhamento das atividades foi incorporado ao Serviço de Gestão de Cursos de Pós-Graduação, com adoção de sistema informatizado para lançamento e controle dos dados dos alunos, melhorando a infraestrutura de gestão.

Ação Estratégica C3: Ampliação do alcance do periódico E-Legis

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M10, M7, M8, M10, M11, M12 e M14.

A revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008 sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação do Cefor, divulga resultados de pesquisa voltados a temas relevantes sobre o Legislativo e tem se consolidado como referência nos estudos legislativos. Atualmente classificada no estrato B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais, está indexada na base de dados Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) e em processo de aceitação nas bases de dados Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades) e Doaj (Directory of Open Access Journals).

Com o objetivo de ampliar o alcance da Revista e visando sua internacionalização e indexação na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), o Programa de Pós-Graduação planejou três ações: (1) disponibilização dos artigos publicados no quadriênio 2017-2020 em três idiomas (português, inglês e espanhol); (2) aquisição do DOI (Digital Object Identifier), que é um identificador único de artigos, para todos os trabalhos já publicados na Revista; (3) publicação de edições especiais sobre temáticas relacionadas às comissões da Câmara dos Deputados.

2017 – Publicado número especial Pesquisas e Políticas sobre Esporte.

2018 – Assinado contrato e iniciado o trabalho de tradução dos artigos da E-Legis. Publicado número especial Pesquisas e Políticas sobre Esporte II e a Edição Especial e Dez Anos da E-Legis.

2019 – Concluídas as traduções de todas as edições desde 2017. Novas edições são lançadas com versões nos três idiomas. A Revista alcançou seu 33º número, chegando ao total de 250 artigos publicados e cerca de 160 mil downloads acumulados.

2020 – Contratação de empresa especializada para o fornecimento dos DOIs. Publicado número especial Pesquisas e Políticas sobre Esporte III.

Ação Estratégica C4: Divulgação da produção e do conhecimento e construção de rede

Ação desenvolvida para o alcance das metas M6, M7, M8, M10, M11, M12, M13 e M14.

⁶ O regulamento está disponível em <https://bit.ly/2AV00vH>.

Em **2019**, a Coordenação de Pós-Graduação criou o programa Ciclo de Palestras, que consiste em apresentações periódicas com o objetivo de levar a alunos, professores e ao público do Programa informações relativas às diferentes temáticas do Poder Legislativo. Além de ampliar o escopo de conhecimento, as palestras também incentivam a pesquisa e o pensamento crítico ao divulgar estudos e possibilidades que ampliam as já tratadas em sala de aula, além do incentivo à inovação, transferência de conhecimentos e impactos sociais, econômicos, científicos e tecnológicos. Foram promovidas 20 palestras entre 2019 e 2020, atingindo público presencial e a distância, por meio de transmissões via canal digital (<https://www.youtube.com/user/ceforcvideos>).

Também, em **2019**, foi criada a Rede Ampliar, com o objetivo de ampliar laços, redes, contatos, conhecimentos, pesquisas e resultados, buscando propiciar comunicação mais eficaz entre os participantes e fortalecer a colaboração em pesquisa e ensino sobre o Poder Legislativo, congregando docentes, alunos regulares e egressos. O encontro AMPLIAR teve sua terceira edição em novembro de 2020.

Quadro 7 – Ciclo de Palestras da Pós-Graduação e Rede Ampliar.

Mês/Ano	Palestrante/Mediador	Título da Palestra
02/2019	Ministro Luís Roberto Barroso (STF) / Prof. Dr. Leonardo Augusto de Andrade Barbosa	Aula inaugural do PPG-Cefor – 1º Semestre Uma agenda para o Futuro
03/2019	Prof. Dr. Acir dos Santos Almeida / Prof. Dr. Fábio de Barros Correia Gomes	Presidencialismo de coalizão do Brasil
04/2019	Prof. Dra. Ana Regina Villar Peres Amaral / Prof. Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins	A relevância da produção legislativa brasileira de 1988 a 2017
05/2019	Prof. Dr. Cristiano Ferri (Câmara dos Deputados), Prof. Dra. Cristiane Brum Bernardes (Câmara dos Deputados) e Prof. Dra. Maria Helena Weber (UFRGS) / Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros	Parlamento digital, comunicação e engajamento político
05/2019	Dr. Gustavo Cavalcante / Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz	Uma Introdução à Ciência das Redes
05/2019	Sandra Walker (juíza americana aposentada) / Profa. Dra. Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes	Juízes Fazendo Política? Uma experiência de sucesso nos EUA
06/2019	Prof. Dr. Rildo José Cosson Mota / Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros	Educação para a democracia hoje: o custo das preces atendidas
06/2019	AMPLIAR – 1ª Edição Prof. Dr. Fabiano Schwartz / Prof. Dr. Cristiano Ferri	Rumos da Pós-Graduação Presença nas redes
07/2019	Maria Carolina Lopes e Fabrício Carbonel / Prof. Dr. Cristiano Ferri	Mandato Digital: a política parlamentar do Século XXI
08/2019	Prof. Dr. Manoel Leonardo Santos (UFMG) / Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros	Aula inaugural do PPG-Cefor – 2º Semestre Poder Legislativo: novos olhares
08/2019	Prof. Dra. Cristina Leston-Bandeira (Universidade de Leeds/Reino Unido) e Prof. Dra. Cristiane Brum Bernardes / Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros	Parlamento Digital: ações no Brasil e na Europa
10/2019	Dr. Marcus Vinícius Chevitarrese / Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz	Personalização das campanhas nas ruas e nas mídias nas eleições de 2014
11/2019	Deborah Celentano (GPE “Afetos e Política”) / Dr. Maurício Suhett Spínola	O Arquétipo da Sombra na Polarização Política Brasileira
11/2019	Dr. Fernando Sabóia Vieira / Prof. Dr. Júlio Roberto de Souza Pinto	Regras, Instituições e Decisões na Câmara dos Deputados

12/2019	AMPLIAR – 2ª Edição Prof. Dr. André Sathler	Ciência, Aplicação e Divulgação
12/2019	Prof. Dr. Ricardo de João Braga / Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz	Estudo no Exterior – trocando ideias sobre uma experiência
03/2020	Prof. Dr Adriano Codato (UFPR)	Aula inaugural do PPG-Cefor – 1º Semestre Políticos outsiders na Câmara dos Deputados: trajetórias de carreira e capitais sociais
08/2020	Prof. Dr. William de Sousa Moreira (EGN)	Aula inaugural do PPG-Cefor – 2º Semestre Programas profissionais stricto sensu em Ciência Política: desafios ante os cenários nacional e internacional
11/2020	AMPLIAR – 3ª Edição Egressos: Candyce Rocha, Eduardo Freitas e Fernando Bittencourt (Mesa 1); Nívea Vitolo, Rose Hofmann e Paulo Bijos (Mesa 2) Prof. Dr. Fabiano Schwartz / Prof. Dr. Terezinha Silva	Mesa 1: Mestrado Profissional: temáticas e metodologias adequadas contribuindo para a instituição e a sociedade Mesa 2: MPPL, os impactos em minha vida acadêmica e profissional
12/2020	Ginny Morais / Prof. Dr. Cláudia Lemos	Parlamentos Americanos ao Vivo

Ação Estratégica C5: Oficinas de orientação sobre pesquisa e produção intelectual

Ação desenvolvida para o alcance das metas M3, M4, M6, M7 e M9.

Em **2019**, a Coordenação de Pós-Graduação criou o programa Ciclo de Oficinas, que consiste em cursos para o aprimoramento dos trabalhos de pesquisa dos alunos do MPPL. Entre os principais temas estão “Normalização de Trabalhos Acadêmicos”, “Preenchimento do currículo Lattes” e “Elaboração de Projetos de Pesquisa”. Entre 2019 e 2020, foram promovidas 9 oficinas.

Quadro 8 – Ciclo de Oficinas da Pós-Graduação.

Mês/Ano	Oficina	Instrutores
08/2019	Contribuições para a vida acadêmica	Equipe do Cedi - Arquivo, Biblioteca e COBEC
09/2019	Prof. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva	Normalização de Trabalhos Acadêmicos
09/2019	Maria Carolina Lopes, Fabrício Carbonel e Prof. Dr. Cristiano Ferri	Mandato Digital
10/2019	Prof. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva	Preenchimento do currículo Lattes
12/2019	Prof. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva	Elaboração de Projetos de Pesquisa
07/2020	Prof. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva e Prof. Dr. Thiago Eirão	Normalização de Trabalhos Acadêmicos
07/2020	Prof. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva e Prof. Dr. Antônio Barros	Preenchimento de Currículo Lattes
12/2020	Prof. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva e Prof. Dr. Thiago Eirão	Unidades descritivas do trabalho científico: metadados e resumos
12/2020	Prof. Dr. Antônio Barros e Osvaldo Mazzola Júnior	Ilustrações e tabelas em trabalhos acadêmicos: elaboração e apresentação

D) Internacionalização

A internacionalização dos programas é vista pela Área de CP&RI como de grande importância para o desenvolvimento intelectual de professores, pesquisadores, mestrandos e doutorandos. O estímulo à participação de acadêmicos brasileiros na produção científica mundial se alinha às metas estabelecidas no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Por isso, é fundamental a interação com instituições acadêmicas e de pesquisa de excelência no exterior.

Vale destacar que também tem impacto nesta categoria a Ação Estratégica C3, uma vez que os artigos da E-Legis publicados em três idiomas devem ampliar o interesse de pesquisadores estrangeiros pelo periódico e pelo Programa.

Ação Estratégica D1: Intercâmbios em variados níveis com instituições estrangeiras

Ação desenvolvida para o alcance das metas M7, M8, M10, M12, M13 e M14.

Na perspectiva do PPG-Cefor, intercâmbios em variados níveis com instituições estrangeiras consistem em ações de colaboração espontâneas, resultantes de iniciativas do próprio Programa, ou, individualmente, das agendas de pesquisa de docentes e discentes, sem, necessariamente, o estabelecimento de acordos formais.

2017

Como resultado do nível de excelência e das pesquisas realizadas, docentes do PPG-Cefor, em parceria com a University of Leeds, realizaram projeto comum de pesquisa sobre o papel da Câmara dos Deputados na formulação de políticas públicas e no engajamento público, nomeadamente em termos de promoção de participação e transparência. A obra THE LEGISLATURE OF BRAZIL: AN ANALYSIS OF ITS POLICY-MAKING AND PUBLIC ENGAGEMENT ROLES (<https://www.routledge.com/The-Legislature-of-Brazil-An-Analysis-of-Its-Policy-Making-and-Public-Engagement/Bernardes-Leston-Bandeira-Braga/p/book/9780367892012>), organizada pelos docentes Cristiane Brum e Ricardo Braga em parceria com a professora Cristina Leston-Bandeira, foi publicada, em 2017, pela Routledge Taylor & Francis Group. A obra inova ao concentrar, em um único volume, perspectivas das áreas de História, Ciência Política, Sociologia, Administração e Comunicação, que se desenvolvem em análise profunda do Poder Legislativo brasileiro para apresentá-lo, na essência, à comunidade internacional de pesquisadores da área legislativa.

Parceria entre a Embaixada do Reino Unido, a Assessoria de Projetos e Gestão da Câmara dos Deputados e o Cefor rendeu eventos acadêmicos com a presença de docentes de universidades e instituições daquele país, como o Prof. Robert D. Atkinson (Fundação de Tecnologia da Informação e Inovação - ITIF), o Prof. Octavio Luiz Ferraz e o Prof. Leif Wenar (King's College of London).

Organização, pelo PPG-Cefor, de palestras proferidas pelo Prof. Dr. Travis Knoll (Duke University, EUA), Prof. Dr. Bryan Pitts (Duke University, EUA) e Prof. Dr. Evert Oskar Vedung (Universidade de Upsala, Suécia).

A Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes representou o PPG-Cefor na Summer School on Parliaments, em Berlim, na Alemanha. Ela apresentou o trabalho "Religion and Politics in the Brazilian Chamber of Deputies: The discussion about Human Rights in Legislative Committees".

2018

Parceria entre o Cefor, a Embaixada da França e a Assessoria de Projetos e Gestão da Câmara dos Deputados possibilitou a realização de palestra ministrada pelo Prof. Pascal Perrineau, especialista em sociologia eleitoral e professor da Sciences Po (Instituto de Estudos Políticos de Paris), sobre "Eleições na França: um ano de Presidência de Macron", no auditório do Cefor e com a participação e colaboração de docentes e discentes do PPG-Cefor.

Participação da Profa. Dra. Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes, do PPG-Cefor, em treinamento do Partido Democrata de Cleveland (Ohio/EUA) durante o período eleitoral das mid-term primárias. A professora é

membro da IPSA (International Political Science Association), integrando o Grupo (RC) 34 intitulado Quality of Democracy. Também participa das pesquisas da LASA (Latin American Studies Association) e da APSA (American Political Science Association).

O docente Valério Augusto Soares de Medeiros realizou visita técnica, na condição de pesquisador visitante, à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), no Porto (Portugal).

Atuação de pesquisadores da University of Leeds (Reino Unido), da Duke University (EUA) e do Luther College (EUA) atuam em grupos coordenados por docentes do PPG-Cefor.

Pesquisa do discente Eduardo Antônio Mello Freitas, do MPPL, para a tradução automatizada de leis e documentos legislativos, que além de compor o projeto “Ulysses – a inteligência artificial da Câmara dos Deputados”, também integra a Nuvem Interparlamentar de dados abertos da União Interparlamentar - IPU. Em dezembro de 2018, na Conferência Mundial de e-Parlamentos da IPU, a Câmara dos Deputados se firmou como anfitriã da Nuvem Interparlamentar que reúne dados gerados por diferentes parlamentos mundiais como forma de analisar e aperfeiçoar as leis, como reconhecimento aos avanços conseguidos no projeto Ulysses e na pesquisa do aluno. No acordo, a Câmara dos Deputados ficou responsável pela nuvem de dados abertos interparlamentares, e o Parlamento Europeu, pela governança em tecnologia de informação

Participação dos professores doutores Fábio de Barros Correia Gomes e Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes, docentes do MPPL, no 25th IPSA World Congress of Political Science, realizado em Brisbane, Austrália, em julho de 2018. A Profa. Ana Lúcia apresentou os trabalhos “Still Scratching the Glass Ceiling: Assessing two decades of incentives to women’s political career in the Brazilian Congress” e “Do Party Rules Matter for Electoral Integrity? Possible effects of the 2017 Brazilian Political Reform on Future Party Configurations in the Coming 2018 Elections”; o Prof. Fábio Gomes apresentou o trabalho “Path Dependencies and Differences in the Results of Universal Health Systems of Israel and Brazil” e atuou como debatedor no painel “Future Trends in Welfare Reforms”.

Tratativas entre o MPPL e a Universidade de Harvard para aceitação do aluno Carlos Antônio Pomagersky Jr. como Pesquisador Visitante (Visiting Researcher) daquela instituição.

2019

Aceitação do aluno regular Carlos Antônio Pomagersky Jr., orientado pelo Prof. Dr. Cristiano Ferri Soares de Faria, do MPPL, para período sanduíche na Harvard University, onde executou plano de pesquisa intitulado “Comparative Analysis of Laws Adopted in the United States and Brazil for Data Security”, sob a supervisão do Prof. Vitelio Brustolin (Ph. D), Pesquisador Cientista da Harvard Law School.

Recepção, pelo MPPL, da professora Cristina Leston-Bandeira, coordenadora do Centro para Engajamento Democrático da Universidade de Leeds, como professora visitante por período de 30 dias, para atividades de pesquisa e de integração com docentes, discentes, pesquisadores do MPPL e do Cefor e outros servidores e gestores da Câmara dos Deputados.

Palestra da juíza americana aposentada Sandra Walker ministrou no Cefor a palestra “Juízes Fazendo Política? Uma experiência de sucesso nos EUA” (<https://bit.ly/2K4f9Ot>).

Palestra de abertura da X Jornada de Pesquisa e Extensão, do PPG-Cefor, proferida pelo Prof. Ludovic Delépine, membro do Parlamento Europeu e responsável pela Estratégia e Transformação Digital da Diretoria-Geral de Inovação e Suporte Tecnológico do Parlamento Europeu.

2020

Como parte da terceira edição do encontro AMPLIAR, que reúne docentes, discente e egressos do MPPL, foram convidados a contar suas experiências profissionais e acadêmicas fora do Brasil a egressa Candyce da Cruz Rocha, que coordenou a gerência regional de comunicação do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe e, atualmente, trabalha como assistente especial do Vice-Presidente de Infraestrutura da

organização em Washington, e o egresso Eduardo Antônio Mello Freitas, que desenvolveu o projeto “Ulysses – a inteligência artificial da Câmara dos Deputados”, integrou equipe da Nuvem Interparlamentar de dados abertos da União Interparlamentar e, hoje, é doutorando em Ciências da Complexidade sob a cotutela do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e da Universidade de Lisboa.

Individualmente, docentes do PPG-Cefor buscaram ações de internacionalização de suas pesquisas e atividades acadêmicas. Destacam-se:

Atuação do Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz como membro da organização do Congresso Panamericano de Intercâmbios em Assistência Médica (Pan American Health Care Exchanges), que é um fórum para a discussão de políticas públicas de cuidados do paciente e desenvolvimento tecnológico em saúde, sediado em diversos países (<https://gmepe.org/P7CommitteEN.htm>).

Ricardo de João Braga é associado à Global Partners Governance, uma entidade de propósito social que trabalha para fortalecer as instituições políticas e melhorar a qualidade da representação política em países ao redor do mundo (<https://www.gpgovernance.net/people/professor-ricardo-de-joao-braga/>).

Cristiano Ferri de Faria atuou como professor convidado para a formulação de cursos e participação em aulas na School of Collective Intelligence, Mohammed VI Polytechnic University, Marrakesh, Marrocos. Também é professor colaborador no Programa de Crowdlaw da GovLab da Universidade de Nova York, desde 2016, e membro do Conselho Consultivo do Directorio Legislativo, think-tank argentino com incidência em toda América Latina em projetos relativos ao desenvolvimento democrático, transparência e políticas públicas. Ainda na América Latina, participa como colaborador e consultor do Projeto Congreso Virtual (<https://congresovirtual.cl/>), plataforma de educação para participação cidadã no processo legislativo do Poder Legislativo chileno, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Desde 2019, o docente é pesquisador associado do Massachusetts Institute of Technology at Sloan School of Management, Center of Collective Intelligence (<https://cci.mit.edu/people/>).

Cristiane Brum Bernardes, nos seguintes projetos e centros: “A Global Comparative Ethnography of Parliaments, Politicians and People: representation, relationships and ruptures”, projeto iniciado em 2019 e liderado pela Profa. Emma Crewe (PhD), do Departamento de Antropologia e Sociologia da SOAS (School of Oriental and African Studies) da Universidade de Londres, financiado pelo European Research Council; Centro para Engajamento Democrático (Centre for Democratic Engagement) da Escola de Política e Estudos Internacionais (POLIS) da Universidade de Leeds, criado pela professora Cristina Leston-Bandeira (PhD) e especializado em engajamento político e participação democrática, com financiamento da própria universidade e de órgãos financiadores externos; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), composto por 20 instituições brasileiras e 23 centros internacionais, com financiamento do CNPq e coordenado pelo professor Dr. Wilson Gomes (UFBA).

Docentes do Programa também foram convidados a confeccionar pareceres para revistas científicas de abrangência internacional de diversas áreas do conhecimento, tais como: The Journal of Legislative Studies, America Latina Hoy, Brazilian Journal of Latin American Studies, Journal of Information & Knowledge Management, Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, International Business Research.

Ação Estratégica D2: Celebração de protocolos de intenção com instituições estrangeiras

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M7, M11, M12, M13 e M14.

A celebração de protocolos de intenção visa à formalização de ações com instituições estrangeiras, estabelecidas por planos de trabalho, para promover a cooperação e a colaboração nas seguintes atividades:

- a) Projetos conjuntos de pesquisa.
- b) Execução de programas de intercâmbio e de desenvolvimento profissional.

c) Oportunidades de ensino e aprendizagem conjuntos.

d) Visitas de Pesquisa.

e) Atividades de extensão.

2018

Curso de especialização lato sensu em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, lançado em parceria com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (ILANUD/ONU), Senado Federal e Tribunal de Contas da União. O corpo discente, formado por 40 alunos, atende à necessidade do Poder Legislativo nacional de formação de servidores na área de Direitos Humanos com experiência internacional.

Tratativas de convênio na esfera acadêmica com a Universidade de Salamanca (Espanha), representada pelo Prof. Dr. Ricardo Muñoz Singi, embaixador daquela universidade.

2019

Encerramento da Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, em novembro, com 31 alunos formados.

2020

Como resultado das tratativas em curso desde 2018 entre a Coordenação de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados e a Universidade de Salamanca, na Espanha, as duas instituições estabeleceram, em 2020, entendimento para cooperação técnico-científica em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Espera-se que a parceria avance no sentido da oferta futura de cursos e disciplinas bilíngues, ação parte do planejamento de melhoria do PPG-Cefor.

Em andamento, nos mesmos termos, segue acordo com a American University, o que proporcionará ligação com universidade internacional, com sede no centro político e de poder dos Estados Unidos – Washington DC, e reconhecidamente ligada a temas relacionados a Ciência Política e Administração Pública.

Ambos os acordos foram celebrados em 2021.

E) Inserção social

Existe uma demanda aos programas da área de CP&RI no sentido de gerar formas de impacto positivo que contribuam de alguma forma para a formação básica e para o cenário educacional como um todo, além de outros setores da sociedade, notadamente os que se dedicam a formação de capital humano, inclusive os providos de mais recursos e os mais consolidados. O Documento de Área 39, de CP&RI, cita como exemplo as escolas de governo que preparam quadros para a administração pública ou para a atuação no Poder Legislativo, bem como outras instituições de Estado e governo ligadas aos Estudos Estratégicos e de Defesa.

Na avaliação da Capes referente ao quadriênio 2013-2016, o MPPL recebeu o conceito “**Bom**” no quesito “**Impacto do Programa**”.

Ação Estratégica E1: Reestruturação da página do PPG-Cefor na Internet

Ação desenvolvida para o alcance das metas M6, M8, M12, M13 e M14.

Na avaliação da Capes referente ao quadriênio 2013-2016, o MPPL recebeu o conceito “**Bom**” no quesito “**Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa**”.

Nos anos de **2018** e **2019** a página do PPG-Cefor na Internet foi completamente reestruturada, trazendo informações sobre o curso, linhas de pesquisa, corpo docente, corpo discente, estrutura curricular, processos seletivos, matrículas, calendários e disciplinas, orientações aos discentes, acesso à plataforma Moodle, egressos, bancos de TCCs e reuniões do Colegiado.

Há, também, uma área específica referente às ações de autoavaliação, com relatórios técnicos e análises sobre os TCCs, pesquisa de egressos, critérios de (re)credenciamento de docentes e avaliação das disciplinas.

Foram adicionadas informações sobre os Grupos de Pesquisa e Extensão e sobre os eventos do PPG-Cefor: Jornadas de Pesquisa e Extensão, aulas inaugurais de semestres letivos, ciclo de palestras e oficinas.

Também estão disponíveis as publicações ocorridas no âmbito do PPG-Cefor.

2020

Revisão e atualização das informações de forma a contemplar as ações de todo o quadriênio 2017-2020.

Ampliar a divulgação de informações sistematizadas, no sentido da prestação de contas à gestão e à sociedade, envolvendo conceitos como accountability, transparência, monitoramento, eficiência e resultados.

Ação Estratégica E2: Estabelecer novo fluxo de avaliação do MPPL

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M3, M4, M5, M6, M7, M9, M13 e M14.

Como parte de seu permanente processo de autoavaliação, em **2018** e **2019** o PPG-Cefor desenvolveu novo fluxo de avaliação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Essa iniciativa se subdivide em etapas atendidas por ações estratégicas específicas: perfil da turma (relatório descritivo das turmas do MPPL), avaliação das disciplinas (Ação Estratégica A4), avaliação docente (Ação Estratégica A3), avaliação de egressos (Ação Estratégica B3) e avaliação de impacto e adequação dos TCCs (Ação Estratégica B1).

Pensando o processo de autoavaliação como subsídio para o Planejamento Estratégico do próximo quadriênio, a Coordenação de Pós-Graduação inseriu, em **2020**, a etapa de Escuta Exploratória com o objetivo de ouvir, de forma sistematizada, os diversos públicos do curso e a administração da Casa: equipe da Coordenação de Pós-Graduação, alunos, egressos, professores, atores-chave da Câmara dos Deputados relacionados ao PPG-Cefor; alta administração; e parceiros externos. O novo fluxo de avaliação do Programa foi consolidado na Política de Autoavaliação do MPPL (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/politica-de-autoavaliacao>). Todos os relatórios do processo de avaliação interna do Programa no quadriênio 2017-2020 estão disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>.

Os processos de autoavaliação têm o propósito de identificar potencialidades, detectar elementos frágeis, definir indicadores e verificar o quanto os objetivos do Programa estão sendo alcançados, com vistas à melhoria da qualidade acadêmica. A divulgação periódica dos resultados da autoavaliação a discentes, docentes e sociedade ocorre por meio da página do PPG-Cefor.

Ação Estratégica E3: Avaliação do PPG-Cefor por parceiros externos

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M4, M13 e M14.

Em **2019**, a participação de parceiros externos nos processos de autoavaliação se deu por meio de consultoria realizada pela empresa Falconi, líder de consultoria em gestão no Brasil, que avaliou a eficiência dos processos do PPG-Cefor, as entregas nas esferas administrativa e acadêmica, e os níveis de satisfação dos alunos, clientes internos e gestores da Câmara dos Deputados. Os resultados estão sendo compilados e serão divulgados no primeiro semestre de 2020, no âmbito da reforma administrativa da Casa.

Decorrente direta dessa ação foi a reunião do PPG-Cefor com a Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados (em setembro de 2019) para a verificação do alinhamento das ações de pesquisa às demandas institucionais. Esse encontro resultou na definição de temáticas específicas para a submissão de pré-projetos de pesquisa no processo seletivo de 2020. Em **2020**, A Política de Autoavaliação do MPPL incorporou a avaliação por parceiros externos como item da etapa da Escuta Exploratória.

Ação Estratégica E4: Bolsas de iniciação científica para alunos de graduação

Ação desenvolvida para o alcance das metas M7, M8, M12 e M13.

O Programa de Iniciação Científica (PIC) tem por objetivo fomentar o desenvolvimento do pensamento científico, com o uso da investigação e pesquisa acadêmico-científica, desenvolvida por alunos de graduação junto aos docentes do PPG-Cefor.

2019

Elaboração de minuta de Portaria do Diretor-Geral para instituição do PIC.

2020

Em 2020, foi aprovado o Regulamento do Programa de Iniciação Científica da Câmara dos Deputados (PIC) (<https://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2020/portaria-307-30-novembro-2020-790884-publicacaooriginal-161923-cd-dg.html>). Assim, serão selecionados projetos de pesquisa coordenados por docentes do PPG-Cefor que estejam alinhados com as linhas de pesquisa do MPPL e com as demandas estratégicas da Casa. Os bolsistas receberão apoio para a aprendizagem de métodos e de técnicas de pesquisa e acesso a livros e periódicos da Biblioteca da Câmara. Durante a bolsa, deverão apresentar o resultado de seu trabalho na Jornada de Pesquisa e Extensão do Programa ou eventos do gênero. Assim, a pesquisa acadêmica se fortalece e o Programa atua de forma ativa em ligação com a graduação para impactar a sociedade de forma positiva.

Ação Estratégica E5: Regulamentação da participação de Pesquisador Visitante

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M4, M5, M7, M10, M11 e M13.

Foram realizados estudos para embasar a possibilidade de normatização da participação de Pesquisador Visitante no âmbito do MPPL. A discussão aguarda nova diretriz dos Ciclos de Gestão da Câmara.

Ação Estratégica E6: Utilização de recursos de educação a distância

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M6, M8, M10, M11, M12, M13 e M14.

Com vistas à ampliação das parcerias nacionais e internacionais e, mais recentemente, para atender às necessidades impostas pelo distanciamento social, novos formatos de curso e outras ações estão sendo estruturados para permitir a participação de alunos vinculados às instâncias do Poder Legislativo nas esferas estadual e municipal de todo o Brasil, bem como do exterior.

2020

Produção de vídeo aulas de disciplinas do MPPL.

Realização de aulas do semestre letivo e bancas de qualificação e defesa por meio da plataforma Zoom.

Realização de palestra e eventos no formato live por meio do canal do Youtube do Cefor.

Previsão para a oferta de disciplinas/conteúdos a distância em idioma estrangeiro, visando atender às demandas dos legislativos estaduais e municipais e aos acordos de cooperação, em trâmite, com a Universidade de Salamanca e com a American University.

Ação Estratégica E7: Implantação de modelos de educação a distância

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M10, M11, M12 e M13.

Com vistas à ampliação das parcerias nacionais e internacionais e, mais recentemente, para atender às necessidades impostas pelo distanciamento social, novos formatos de curso estão sendo estruturados para permitir a participação de alunos vinculados às instâncias do Poder Legislativo nas esferas estadual e municipal de todo o Brasil, bem como do exterior.

2020

Aulas síncronas por videoconferência, aulas assíncronas por meio de vídeo aulas de disciplinas do MPPL, bancas de qualificação e defesa no formato a distância, palestras e aulas magnas no formato de lives.

Ação Estratégica E8: Currículo único

Ação desenvolvida para o alcance das metas M7, M10, M11, M12 e M13.

Em **2019** e **2020**, o MPPL realizou estudos e elaborou nova proposta de Regimento, que viabilizará a implantação do modelo de oferta contínua de curso de especialização no âmbito da estrutura de disciplinas do MPPL, com base em previsão legal constante da Resolução MEC/CNE/CES n. 1/2018. Trata-se da participação de discentes em disciplinas na condição de aluno especial, que ao cumprirem carga horária de 360 horas nas ofertas optativas do MPPL farão jus a certificado de Especialista em Poder Legislativo. O objetivo é conseguir a aprovação do novo regimento em **2021**. Espera-se, com isso, ampliar o alcance para o público externo e atender aos anseios da sociedade, provendo educação de qualidade em nível de pós-graduação com melhor aproveitamento e economia de recursos. O novo Regimento também proporcionará maior agilidade nas decisões administrativas e acadêmicas, com a implantação de conselho gestor do Programa.

O currículo único é também uma forma bastante efetiva de inserção local, regional e nacional por meio da oferta de vagas nas disciplinas do MPPL a alunos especiais, num espectro de temáticas que abrange as três linhas de pesquisa do Programa. O aluno especial é qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro com diploma de nível superior, que pode cursar gratuitamente as disciplinas optativas que dispuserem de vagas não preenchidas por alunos regulares. No quadriênio 2017-2020 o MPPL superou sucessivos recordes de inscrições de alunos especiais. Ao todo, 526 candidatos da Câmara, do Senado, de outros órgãos públicos e da comunidade em geral se matricularam em 74 disciplinas. Em 2020, o quantitativo de alunos especiais (267) correspondeu a 6 vezes o de alunos regulares (43). É oportuno observar que, desses alunos especiais, 102 são de fora da Câmara dos Deputados (38%), sendo 9 deles de fora do Distrito Federal, quantitativo que foi favorecido pelo formato de aulas em plataformas virtuais.

Ação Estratégica E9: Intercâmbios em variados níveis com instituições nacionais

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M4, M7, M8, M11, M12, M13 e M14.

Na avaliação da Capes referente ao quadriênio 2013-2016, o MPPL recebeu o conceito **“Bom”** no quesito **“Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.”**

Nessa perspectiva, o PPG-Cefor intensificou ações de intercâmbios em variados níveis com instituições internacionais (ações estratégicas D1 e D2) e nacionais, baseadas em colaborações espontâneas, resultantes de iniciativas do próprio Programa, ou, individualmente, das agendas de pesquisa de docentes e discentes, sem, necessariamente, o estabelecimento de acordos formais.

2017

Visita ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, em novembro de 2017, do Coordenador do PPG-Cefor para apresentar o sistema computacional de emissão de extratos de produção acadêmico-científica e transferir tecnologia para uso do programa por aquele Instituto.

Acordada parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFMG (PPGCP) para intercâmbio de professores, pós-doutorado, publicação conjunta de livros e artigos, bem como a participação em grupos de pesquisa.

2018

Professores doutores Júlio Roberto de Souza Pinto e Cristiane Brum Bernardes, ambos docentes permanentes do MPPL, ministraram curso sobre **“Análise de Discurso”** no âmbito do Curso Intensivo em Metodologias de Pesquisa em Ciências Sociais (Modus) do PPGCP/UFMG.

Participação da Prof. Dra. Cristiane Brum Bernardes em reuniões do **“Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça – Margem/UFMG”**, e como professora de aulas sobre o Legislativo Nacional para alunos do PPGCP/UFMG.

Professoras doutoras Geralda Luiza de Miranda (UFMG) e Ana Paula Karruz (UFMG) ministraram aulas nas disciplinas **“Políticas Públicas e Agenda Legislativa”** e **“Legislativo e Avaliação de Políticas Públicas”**, respectivamente, no MPPL.

Participação da Profa. Dra. Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes (MPPL) como palestrante no Seminário **Crises da Democracia e Reforma Política**, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP).

Participação de pesquisadores do Ministério Público Federal, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC) no grupo de pesquisa **“Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social”**, do PPG-Cefor, coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros (MPPL).

Participação de pesquisadores da UnB em outros grupos de pesquisa certificados pelo PPG-Cefor no DGP/CNPq, como **“Parlamento Digital: um inventário das experiências de Parlamento Digital”**, coordenado pelo Prof. Dr. André Rehbein Sathler Guimarães (MPPL), e **“Discursos e projetos de mudança social”**, coordenado pelo Prof. Dr. Júlio Roberto de Souza Pinto (MPPL).

Atividades de pesquisa e docência da Profa. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva (MPPL) junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UEL), onde coordena o grupo de pesquisa **“Interfaces contemporâneas da Política de Informação”** e ministrou o curso de extensão **“Políticas de Informação”**. A docente coordenou os trabalhos do GT-5 **“Política e Economia da Informação”**, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

Participação de quatro docentes do MPPL no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD): Prof. Dr. André Rehbein Sathler Guimarães, Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes e Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros e Prof. Dr. Cristiano Ferri Soares de Faria. O INCT-DD é composto por uma rede de pesquisadores e universidades com 51 professores-pesquisadores brasileiros e 36 professores-pesquisadores estrangeiros de 20 programas de pós-graduação (stricto sensu) brasileiros nas áreas de Comunicação, Ciência Política, Administração, Direito, Ciência da Computação e Interdisciplinar.

Cooperação educacional e técnico-científica com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale).

Acordo de cooperação com a Presidência da República para formação em curso lato sensu no MPPL e cursos de capacitação promovidos pelas duas instituições.

2019

Os professores doutores Fabiano Peruzzo Schwartz e Cristiane Brum Bernardes, do MPPL, ministraram, respectivamente, as disciplinas “Modelos de Regressão Multinível” e “Relações entre Mídia e Política na Análise de Discurso” do programa Modus/UFMG (<https://bit.ly/2xYkT9v>); em contrapartida, o Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça (UFMG) atuou como docente na disciplina “Análise Qualitativa Aplicada a Estudos Políticos”, do MPPL.

O Prof. Dr. Manoel Leonardo Santos (UFMG) ministrou a aula magna de abertura do segundo semestre do PPG-Cefor, cujo tema “Poder Legislativo: novos olhares” é o mesmo do dossiê da revista Teoria & Sociedade (V. 26, N. 2 - 2018), organizado pelos professores doutores Antônio Teixeira de Barros (MPPL) e Manoel Leonardo Santos (UFMG).

Lançamento, durante a X Jornada de Pesquisa e Extensão, do livro “Presidencialismo de Coalizão em Movimento”, editado pelas Edições Câmara e organizado pelos professores doutores Giovana Dal Bianco Perlin (MPPL) e Manoel Leonardo Santos (UFMG).

O PPG-Cefor sediou mesa de debates do 8º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política – COMPOLÍTICA8, evento organizado em parceria com o Senado Federal, Universidade de Brasília e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). A Mesa intitulada “Parlamento digital, Comunicação e engajamento político” contou com três docentes do MPPL, dois como palestrantes (professores doutores Cristiano Ferri Soares de Faria e Cristiane Brum Bernardes) e um como mediador (Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros), além da presença da professora Dra. Maria Helena Weber (UFRGS).

O Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz esteve em visita técnica ao PPG da Escola de Guerra Naval – EGN, com o propósito de identificar possíveis ações de parceria e de apresentar a ferramenta Extrato Lattes, com a respectiva transferência de tecnologia àquela instituição, de forma gratuita.

2020

O Prof. Dr. Adriano Codato (UFPR) ministrou a aula magna de abertura do primeiro semestre do PPG-Cefor, sobre o tema “Políticos outsiders na Câmara dos Deputados: trajetórias de carreira e capitais sociais”.

O Prof. Dr. William de Sousa Moreira (EGN) ministrou a aula magna de abertura do segundo semestre do PPG-Cefor sobre o tema “Programas profissionais stricto sensu em Ciência Política: desafios ante os cenários nacional e internacional”.

Parceria firmada com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) possibilitou ao PPG-Cefor colaborar com a instituição para promoção de estudos em políticas públicas e fomento da produção de conteúdo no meio acadêmico para contribuir para o desenvolvimento e planejamento de ações estratégicas para os gestores públicos. Sendo a única entidade municipalista nacional dirigida exclusivamente por prefeitas e prefeitos em exercício dos seus mandatos, a FNP atua em 100% das capitais, 61% dos habitantes e 75% do PIB do país. A FNP se conecta com Poderes Executivo e Legislativo locais, regionais e nacionais por meio de

eventos e capacitação. Ao ingressar nessa rede, o PPG-Cefor ganha com a troca de conhecimentos, dados e colaboração em pesquisa.

Ademais, no âmbito dos órgãos da Administração Pública, o Cefor participa da Rede Nacional de Escolas de Governo, constituída por 262 instituições governamentais, cujo objetivo é aumentar a eficácia dessas instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nos três poderes, ao tempo em que busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos e trabalhos em parceria. Participa, também, do Sistema de Escolas de Governo da União, que reúne escolas de órgãos como TCU, Senado Federal, Escola Nacional de Administração Pública, Universidade do Banco Central, etc. Essa parceria, formalizada em Protocolo de Cooperação específico, permite a promoção conjunta de eventos, participação em projetos de pesquisa coletivos e outras atividades correlatas.

O Cefor tem participado regularmente, por meio de sua Diretora e Pró-Reitora do Programa de Pós-Graduação e outros técnicos de áreas correlatas, dos encontros promovidos pela Associação Brasileira das Escolas do Legislativo – ABEL, que reúne representantes de escolas de parlamentos estaduais e municipais e de Tribunais de Contas da União e dos Estados. O objetivo é compartilhar conhecimentos e melhores práticas, realizar o intercâmbio de experiências e tratativas de cooperação e fomentar o desenvolvimento institucional dos parlamentos, nas três esferas da Federação. No mesmo sentido, foi firmado em abril de 2018 o Acordo n. 2018/042.0, com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, objetivando a promoção de cooperação educacional e técnico-científica entre os partícipes.

O Programa também atua ativamente nas atividades do Fórum Nacional dos Mestrados Profissionais – FOPROF. Em maio de 2018, esteve no Encontro Nacional sobre Avaliação dos Mestrados Profissionais, organizado pelo Fórum em Brasília. No mês de setembro, o Cefor, em conjunto com a Universidade de Brasília e a Escola Superior de Ciências da Saúde, organizou o Encontro FOPROF 2018 do Centro-Oeste, no qual foram discutidos os desafios dos Mestrados Profissionais e a sua representatividade no contexto nacional, as peculiaridades das escolas de governo e o modelo avaliativo da Pós-Graduação Profissional.